

Credores renovam...

por Tom Camargo
de Londres

(Continuação da 1ª página)

imprensa especializada tem optado por uma relativa fleuma como forma de tratar a "suspensão de pagamentos" declarada por Brasília, não foi possível fugir da palavra "moratória". O Brasil está em "default", disse o representante de um grande banco norte-americano.

"O reservatório de confiança no Brasil é tão grande que ninguém reagirá de forma hostil", disse o diretor-gerente do Libra Bank, Peter Belmont, que na semana passada esteve visitando o País.

Apesar disso, a suspensão dos pagamentos está sendo entendida como uma prova final de que a administração econômica fracassou e um entendimento com o Fundo Monetário Internacional (FMI) é fundamental para que qualquer discussão sobre a concessão de novos empréstimos seja acertada.

"Dinheiro novo é algo que o Brasil terá que entender que só virá se o Fundo estiver envolvido", disse um banqueiro inglês, acrescentando: "Se houver insistência em se descartar o FMI como uma questão de princípio, será o ministro Funaro quem estará procurando o confronto".

Uma interpretação bastante difundida é que os motivos que levaram ao anúncio da sexta-feira prendem-se a fatores políticos internos. "A moratória era desnecessária, pois muitos já deixaram de pagar sem fazer alarde sobre isso, arrumando a situação mais para a frente. Trata-se de uma ação destinada a impressionar o Congresso. Esperamos que pelo menos o presidente consiga isso, pois assim talvez seja possível tomar as medidas capazes de corrigir as distorções estruturais da economia", observou o economista do departamento de pesquisa de um banco de investimento com diversas operações pendentes no Brasil.

Na Grã-Bretanha considera-se que a não definição de um prazo para a suspensão dos pagamentos acabará transformando-se num ponto positivo tanto para credores quanto para o devedor, "pois ninguém estará negociando sob a ameaça de um prazo fatal". As regras contábeis britânicas não exigem, como no caso das norte-americanas, que juros não-pagos após o prazo de noventa dias de seu vencimento sejam colocados sob a rubrica de créditos em liquidação. "Mas os norte-americanos", disse outro banqueiro, "têm até o final do segundo trimestre para chegar a tal situação. Até lá o Brasil já terá conseguido um acordo."

"O momento é de diálogo, não de confronto", observou o porta-voz do Midland. Um banqueiro brasileiro fez notar, contudo, que "já não se vê a mesma coesão entre os credores. Os menores, que antes reclamavam atrás dos bastidores, estão dispostos a mostrar resistência publicamente, se considerarem que seus interesses não es-

tão sendo defendidos à altura de suas necessidades".

Ontem a venda de papéis brasileiros no mercado de "swaps" não mostrava aumento substancial em relação ao deságio dos últimos meses. Por um desconto de cerca de 20 a 25% no valor de face, pequenos credores podiam rearranjar seu portfólio, desfazendo-se de papéis com garantia do Tesouro brasileiro.

Pelo lado dos grandes bancos, estimativas que correm na City mostram que o último ano contábil foi esplêndido para os quatro maiores, incluindo o Midland e o Lloyds.

Hoje o Natwest, líder do mercado, deverá transformar-se no primeiro banco do Reino Unido a declarar um lucro bruto superior a US\$ 1,5 bilhão. No conjunto aposta-se numa subida do lucro bruto da ordem de 20 a 25%. As quatro instituições deverão manter, apesar da relativa expansão da economia britânica, um elevado nível de reservas para a cobertura de devedores duvidosos. Seus olhos estão basicamente voltados para a dívida externa do Terceiro Mundo.

Ainda ontem, representantes dos bancos acionistas do Eurobraz, o banco em consórcio que tem o Banco do Brasil e o Bank of America como maiores cotistas, reuniram-se na capital inglesa para uma de suas três reuniões anuais de rotina. O presidente do Banco do Brasil, Camillo Calazans, presidiu o encontro. Temia-se, segundo fonte do Banco do Brasil, que os emissários de casas como o Deutsche Bank, o Dai-ichi Kangyo Bank, japonês, e o União de Bancos suíços acabassem mais interessados em discutir o teleno do Banco Central declarando a suspensão dos pagamentos do que a pauta prevista. Mas após algumas explicações e esclarecimentos dados pelo presidente do BB, voltou-se à trilha originalmente prevista. A volta do Brasil ao FMI foi explicada como "politicamente difícil", o que exigiria "compreensão da comunidade bancária".

"Renovação de crédito depende das negociações"

por Cristina Borges
do Rio

"Dependerá da capacidade de negociação política do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, junto aos credores americanos, a não adoção de retaliações comerciais que afetarão as exportações do Brasil, principalmente se ocorrer a suspensão das linhas de crédito de curto prazo, destinadas a financiar as empresas nacionais, privadas ou estatais, também na compra de produtos no exterior." A análise é do superintendente de estudos e pesquisa da Funcex, Luiz Carlos Costa Rego.

O técnico reconheceu serem reais os riscos de os bancos credores americanos não renovarem as linhas de crédito de curto prazo (de um a noventa dias), principalmente por parte dos pequenos bancos.

Dívida Externa

Credores renovam linha de crédito

por Tom Camargo
de Londres

A City de Londres, onde têm sede os quatro principais bancos comerciais ingleses e onde cerca de quinhentos bancos estrangeiros mantêm agências ou sucursais, reagiu com sobriedade à decisão brasileira de suspender o pagamento dos juros de sua dívida externa de longo e médio prazos.

Nenhum dos bancos brasileiros que operam na praça notou ontem qualquer tipo de resistência — "nada além do habitual", comentou um deles — em relação à renovação automática de operações do interbancário ou implementação de operações de crédito comercial.

Os quatro "clearing banks", que compõem o segundo maior bloco de credores, depois do norte-americano, foram enfáticos em anunciar que pretendem manter um padrão de normalidade "enquanto a nova rodada de negociações toma forma".

"O Midland Bank pretende manter inalteradas todas as suas linhas de curto prazo", disse o porta-voz do banco, Alan MacDonald. O Midland e o Lloyds Bank são antigos parceiros do Brasil, a quem emprestaram um total de cerca de US\$ 5 bilhões, cada um se responsabilizando por cerca de metade.

Um funcionário graduado do Lloyds também disse a este jornal que "nossa atitude é de esperar para ver o que acontecerá (...) A situação não é inteiramente nova (...) Apesar de tudo, estamos mais confiantes do que há cinco anos". Como o Midland, o Lloyds estará mantendo inalteradas suas operações de curto prazo.

O mesmo vale para instituições menos comprometidas, como o Barclays e o National Westminster. Apesar de tanto os meios financeiros quanto a

(Continua na página 19)

O Equador não efetuou neste ano nenhum pagamento dos débitos de médio e longo prazo, mas continua negociando com os bancos. Com as reservas de US\$ 138 milhões no final de janeiro (equivalente a um mês de importações), o país negocia com os bancos o adiantamento dos pagamentos de juros pelo menos até junho. A Venezuela, que hoje volta a negociar em Nova York, espera dos bancos atitude mais flexível.

(Ver página 2)